



A ANTROPOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA DAR VOZ AO SUBALTERNO

ANNA JULIA REIS DE BRITO⁴⁸

Resumo

O presente artigo busca discutir a forma que a antropologia pode dar voz aos subalternos – indivíduos silenciados nos discursos dominantes. E, através da análise e exploração do pensamento de estudiosos como James Clifford, Gayatri Chakravorty Spivak e outras literaturas da antropologia pós-moderna, ilustrar esse meio, além de trazer as críticas e desafios enfrentados pelos antropólogos nesse esforço.

Palavras-Chaves: Antropologia; Subalterno; Representação.

Abstract

This article seeks to discuss the way in which anthropology can give voice to subalterns – groups or individuals who are silenced in dominant discourses. And, through the analysis and exploration of the thoughts of scholars such as James Clifford, Gayatri Chakravorty Spivak and other postmodern anthropology literature, illustrate the way, in addition to bringing the criticisms and challenges faced by anthropologists in this effort.

Keywords: Anthropology; Subaltern; Representation.



Introdução

Como uma disciplina que foca nas culturas e sociedades humanas, a antropologia tem seu olhar voltado a entender a diversidade que há nas experiências sociais, culturais e políticas. Ainda que não se pode negar as críticas que enfrenta, uma vez que pode ser dito como suas práticas e representações contribuem para a manutenção de uma relação desigual de poder entre pesquisador e pesquisado. A estudiosa Gayatri Chakravorty Spivak⁴⁹ (2010) traz um questionamento muito pertinente sobre o assunto, em que questiona se é possível dar voz ao subalterno sem impor a voz do colonizador ou do acadêmico. Esse artigo visa explorar como a antropologia pode servir como uma ferramenta amplificadora de vozes subalternas, principalmente aquelas marginalizadas pelas narrativas dominantes, tanto as coloniais como as patriarcais, raciais ou de classe.

Originalmente desenvolvido por Antonio Gramsci⁵⁰ (1891 - 1937) e posteriormente expandido nas teorias pós-coloniais, através de pensadores como Spivak, o conceito de “subalterno” trata do ser que faz parte de um grupo não somente marginalizado, mas que também é propositalmente invisibilizado e sub-representado. Se tratam dos grupos minoritários que por causa das estruturas de poder dominantes têm suas narrativas colonizadas e subtratadas. É no seu fazer por meio da pesquisa etnográfica que a antropologia tem o potencial de ir de frente com essas exclusões, para criar espaços para que os subalternos passem de ser somente olhados, analisados e falados por eles para então narrarem suas próprias vidas e experiências, tendo o poder de fala para se expressarem de forma autêntica e com engajamento na construção de conhecimento sobre seus assuntos.

Ao explorar os conceitos de representação, voz e poder, este artigo examina como práticas etnográficas e teorias críticas da antropologia contemporânea têm buscado romper com o legado colonial da disciplina. Através de um olhar reflexivo e dialógico, a antropologia pode não apenas dar voz ao subalterno, mas também questionar as dinâmicas de poder que permeiam tanto o trabalho de campo quanto a produção de conhecimento. Este artigo argumenta que, ao se comprometer com a co-produção de conhecimento e a prática colaborativa, a antropologia pode se tornar uma poderosa aliada na luta por justiça social e na visibilização de histórias, vozes e experiências que foram sistematicamente marginalizadas.

O objetivo é discutir o papel transformador da antropologia na construção de narrativas

49 Crítica e teórica indiana, seu trabalho mais conhecido é o artigo “Pode o subalterno falar?”. Spivak leciona na Columbia University e é membro-visitante do Centre for Studies in Social Sciences de Calcutá.

50 Foi um filósofo marxista, teórico político, jornalista, historiador e político italiano. Nasceu em 22 de janeiro de 1891 e morreu em 27 de abril de 1937. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia, história e linguística. Foi membro-fundador e secretário-geral do Partido Comunista da Itália. É mais reconhecido pela sua teoria da hegemonia cultural. Por mais que não tenha publicado nenhum livro em vida, tem suas obras escritas divididas em antes e depois de sua prisão pela ditadura fascista italiana. E é em seus Cadernos de Cárcere que trata da hegemonia cultural e a questão dos subalternos.



inclusivas e na amplificação das vozes dos subalternos, oferecendo uma crítica reflexiva sobre o potencial e os desafios desta disciplina no mundo contemporâneo.

SUBALTERNIDADE E O PAPEL DA ANTROPOLOGIA

O conceito de subalternidade emerge no contexto da teoria crítica, particularmente com as ideias de Antonio Gramsci, que utilizou o termo para descrever grupos sociais que são excluídos dos processos de poder e de tomada de decisões. Gramsci definiu o subalterno como aqueles que ocupam uma posição subordinada nas relações sociais, sendo marginalizados pelas instituições dominantes, incluindo o Estado e o mercado. No entanto, foi com o desenvolvimento dos Estudos Pós-coloniais, especialmente nos trabalhos de Spivak, que o conceito de subalternidade ganhou maior profundidade e complexidade. A autora indiana, em seu influente ensaio *Pode o subalterno falar?* (1988), questiona a capacidade de os subalternos articularem suas próprias vozes em um cenário global em que as narrativas dominantes frequentemente os silenciam ou os representam de forma distorcida.

Na antropologia, o conceito de subalternidade tem implicações significativas, uma vez que a disciplina se estruturou em grande parte a partir do estudo de sociedades não-ocidentais, muitas vezes colonizadas ou marginalizadas. Historicamente, a antropologia tem sido usada como uma ferramenta para representar esses grupos “outros”, mas com frequência essa representação foi mediada pelos olhares e interesses do colonizador, o que levou a distorções e reforçou desigualdades de poder.

Os primeiros etnógrafos, como Bronislaw Malinowski, trabalharam com a noção de “dar voz” aos povos que estudavam, no entanto sem qualquer qualidade de reconstrução histórica (ERIKSEN; NIELSEN, 2007. p.58) e foi feito muitas vezes a partir de uma posição de autoridade e distanciamento, onde o antropólogo era o único que detinha a “verdade” sobre o grupo estudado. Assim, a antropologia tradicional frequentemente reforçou um padrão de dominação em que o subalterno era objeto de estudo, e não sujeito de sua própria narrativa.

Portanto, a antropologia desempenha um papel contraditório na representação de grupos subalternos. Por um lado, oferece ferramentas para o estudo e documentação de culturas que, de outra forma, poderiam ter sido esquecidas ou subjugadas. Por outro, essa documentação frequentemente foi realizada a partir de uma perspectiva etnocêntrica, que retratava os subalternos como “primitivos” ou “atrasados”. Essa abordagem foi criticada por antropólogos e teóricos pós-coloniais, que argumentaram que a antropologia, ao longo de sua história, muitas vezes serviu aos interesses dos poderes coloniais, justificando a



exploração e a subjugação de grupos indígenas, camponeses, e outros marginalizados.

No entanto, a antropologia contemporânea vem passando por uma transformação significativa. Com o surgimento da antropologia reflexiva e crítica, muitos antropólogos começaram a questionar seu próprio papel no processo de construção de conhecimento e de representação dos subalternos. Em vez de simplesmente “dar voz” a esses grupos, a nova antropologia busca criar espaços de diálogo e coprodução de conhecimento. A etnografia colaborativa, por exemplo, é uma prática que envolve os próprios subalternos no processo de produção do saber, permitindo que suas vozes e experiências sejam centrais na narrativa. Essa mudança é uma resposta às críticas de que a antropologia tradicional muitas vezes falhou em reconhecer a agência e a capacidade dos grupos subalternos de falar por si mesmos.

Apesar das transformações na disciplina, a questão da representação e da voz continua a ser um tema central e problemático na antropologia. Um dos principais desafios enfrentados pelos antropólogos é o dilema de como representar as vozes dos subalternos sem recair em uma posição de autoridade que os interprete ou fale por eles. O risco de que o antropólogo se torne um porta-voz dos subalternos, assumindo o papel de tradutor ou intérprete de suas experiências, é amplamente discutido por críticos como Spivak, que alerta sobre os perigos da mediação feita por intelectuais e acadêmicos.

A representação, nesse sentido, não é um processo neutro ou simples. Ela envolve complexas relações de poder entre o antropólogo e o grupo estudado. A crítica pós-colonial sublinha que, ao falar em nome dos subalternos, o antropólogo pode estar reforçando o próprio sistema de poder que deseja combater. Além disso, a ideia de “dar voz” pressupõe que o subalterno precisa de uma mediação para se expressar, o que pode obscurecer as formas pelas quais os subalternos já estão criando suas próprias narrativas e resistências.

No entanto, autores como James Clifford em – *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX* (2002) – e Michel-Rolph Trouillot⁵¹ – *Global Transformations: Anthropology and the Modern World* (2003) – sugerem que a solução para esse dilema não é abandonar o projeto etnográfico, mas sim transformá-lo. Clifford propõe uma abordagem dialógica e polifônica, onde múltiplas vozes, incluindo as dos próprios subalternos, são ouvidas e reconhecidas no processo de produção do conhecimento antropológico. A etnografia colaborativa, nesse sentido, desafia a tradicional autoridade etnográfica, buscando reconhecer o subalterno não apenas como objeto de estudo, mas como sujeito ativo na construção de sua própria história.

51 Michel-Rolph Trouillot (1949 - 2012) foi um historiador e antropólogo haitiano, conhecido por suas análises críticas sobre o colonialismo, a historiografia e a construção do poder. Ele é autor de obras importantes como “Silencing the Past: Power and the Production of History” (1995) e “Global Transformations: Anthropology and the Modern World” (2003).



ETNOGRAFIA COMO FERRAMENTA DE EMPODERAMENTO

A etnografia, como forma de estudo “de baixo para cima” no trabalho de campo antropológico (ERIKSEN; NIELSEN, 2007) tem sido amplamente utilizada para documentar as vivências, histórias e perspectivas de comunidades subalternas, permitindo que suas vozes, muitas vezes silenciadas pelas narrativas hegemônicas, ganhem visibilidade. Ao enfatizar a observação participante e a imersão prolongada no cotidiano das comunidades estudadas, a etnografia proporciona uma plataforma para que os próprios sujeitos subalternos compartilhem suas experiências de forma direta, em vez de serem constantemente interpretados através de lentes externas.

Ao fornecer uma visão profunda da vida cotidiana de grupos marginalizados, a etnografia pode ser uma ferramenta poderosa de empoderamento. Ela cria um espaço para o reconhecimento e valorização de culturas e modos de vida que são, muitas vezes, ignorados ou marginalizados pelo discurso dominante. Documentando as realidades e as narrativas subalternas, a etnografia desafia a invisibilidade histórica dessas comunidades e pode influenciar a forma como são tratadas social e politicamente.

Um exemplo claro disso é *Pathologies of Power: health, human rights, and the new war on the poor* (2003), trabalho de Paul Farmer⁵² que trata de sua pesquisa e atuação na saúde pública, onde ele documentou o impacto das desigualdades sociais na saúde da população. “No Haiti, a AIDS e a violência política são duas das principais causas de morte entre jovens adultos. Essas aflições não são resultado de acidente ou força maior; elas são consequência [...] da agência humana.” (FARMER, 2003. p.40)⁵³ Ao registrar as vozes dos haitianos que sofriam com as condições precárias de vida e saúde, Farmer expõe como a marginalização estrutural contribui diretamente para a sua vulnerabilidade, em que doenças como AIDS tem efeitos severos na qualidade de vida dos haitianos por serem consequência de ação humana. Esse trabalho não apenas lançou luz sobre a realidade dessas pessoas, como também traz à tona a necessidade de intervenções que sejam além das questões biomédicas e considerem as condições sociais.

Outro exemplo importante é a etnografia de Nancy Scheper-Hughes⁵⁴ sobre as mães no

52 Paul Farmer (1959-2022) foi um médico e antropólogo norte-americano, conhecido por seu trabalho em saúde global e direitos humanos. Fundador da organização Partners In Health, Farmer dedicou sua carreira a melhorar o acesso à saúde em comunidades pobres, especialmente no Haiti, onde atuou por décadas. Ele foi autor de vários livros, incluindo “Pathologies of Power”, e seus estudos destacam como desigualdades sociais e políticas impactam a saúde, promovendo uma abordagem de justiça social na medicina.

53 Tradução livre de uma passagem do livro do capítulo “On Suffering and Structural Violence: Social and Economic Rights in The Global Era”

54 É uma antropóloga médica norte-americana conhecida por seu trabalho sobre saúde, direitos humanos, violência e tráfico de órgãos. Professora na Universidade da Califórnia, Berkeley, é também co-fundadora da organização Organs Watch, que investiga o tráfico internacional de órgãos.



Nordeste do Brasil, publicada em *Death Without Weeping* (1992). Ao documentar como a extrema pobreza e a mortalidade infantil afetam as relações maternas em comunidades empobrecidas, Scheper-Hughes forneceu uma plataforma para que as mulheres expressassem suas histórias de sofrimento e resiliência, como o relato de Nailza de Arruda e o significado do bater dos sinos da Igreja de Nossa Senhora das Dores (1992). Ao expor essas vozes, ela desafiou narrativas simplistas sobre maternidade e pobreza, contribuindo para debates sobre políticas públicas.

Apesar de seu potencial empoderador, a etnografia também enfrenta importantes limites e desafios. A relação entre o antropólogo e os subalternos estudados é frequentemente marcada por uma assimetria de poder. O etnógrafo, que normalmente vem de uma posição social mais privilegiada, detém o controle sobre a narrativa final. Embora as vozes dos subalternos sejam ouvidas durante o processo de pesquisa, a interpretação e apresentação dessas vozes passam inevitavelmente pelas lentes do pesquisador, o que pode resultar em distorções ou omissões.

James Clifford criticou essa questão ao abordar o conceito de autoridade etnográfica e: “[...] a escrita etnográfica encena uma estratégia específica de autoridade. Essa estratégia tem classicamente envolvido uma afirmação, não questionada, no sentido de aparecer como a provedora da verdade no texto.” (2002. p.21-22) Segundo ele, as etnografias tradicionais foram moldadas pela autoridade do antropólogo, que se colocava como o único detentor da capacidade de falar em nome de seus sujeitos, o único com uma interpretação cultural válida. Portanto, ele propõe uma abordagem dialógica e polifônica, onde múltiplas vozes são incluídas no texto final, para minimizar a centralidade da visão única do pesquisador.

Toma-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma ‘outra’ realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos. (CLIFFORD, 2002. p. 43)

Clifford argumenta que não só a experiência e a interpretação do pesquisador bastam para um trabalho etnográfico digno, que o verdadeiro estudo e empoderamento só ocorrem quando as vozes subalternas não apenas participam do processo de pesquisa, mas também estão ativamente envolvidas na construção do conhecimento.

Outro desafio importante da etnografia é de ordem ética. O antropólogo muitas vezes enfrenta dilemas em relação à representatividade e à privacidade dos sujeitos pesquisados. O uso da etnografia para dar voz ao subalterno pode acabar expondo vulnerabilidades ou colocando em risco as comunidades estudadas, especialmente em contextos políticos sensíveis. Michel-Rolph Trouillot (2016), por exemplo, destacou como a produção de histórias e narrativas envolve processos de silenciamento, onde algumas vozes acabam



sendo excluídas ou desconsideradas em detrimento de outras, uma questão que deve ser constantemente problematizada.

DESCOLONIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA

A antropologia, desde suas origens, esteve profundamente entrelaçada com as estruturas de poder coloniais.

Nenhum outro evento na história ocidental foi tão significativo para a Antropologia quanto as expedições que levaram aos grandes descobrimentos geográficos. Essas viagens colocaram os europeus com os diferentes tipos de povos que os antropólogos estudam, criando o que foi chamado de 'Outro' antropológico. Também lançaram a era da dominação global europeia de povos nativos por meio a escravidão, do colonialismo, do imperialismo e da globalização. No final do século XX, os antropólogos começaram a reconhecer sua cumplicidade nessa dominação. (ERICKSON; MURPHY, 2015. p. 34-35)

Em obras como *História da Teoria Antropológica* (2015), é evidenciado como a antropologia teve seu papel na dominação europeia sobre os nativos, em como foi primeiro usada como uma ferramenta do colonialismo. Muitos de seus primeiros praticantes trabalhavam em estreita colaboração com projetos imperialistas, usando o conhecimento das culturas “não ocidentais” para facilitar o domínio e o controle sobre essas populações. Como resultado, a disciplina tem sido alvo de críticas por sua participação na perpetuação de narrativas colonialistas e por sua tendência de representar povos e culturas colonizadas de forma simplista, como o “outro” exotizado e inferiorizado em relação ao Ocidente.

Críticos das práticas antropológicas tradicionais apontam que o campo muitas vezes reforçou as hierarquias coloniais ao transformar os povos colonizados em objetos de estudo, em vez de sujeitos ativos com agência. Talal Asad⁵⁵ (REINHARDT, 2018) destacou que a antropologia “cresceu e floresceu dentro do contexto colonial” e que, mesmo após o fim das estruturas coloniais formais, as relações de poder inerentes à pesquisa antropológica permaneceram amplamente intactas. O antropólogo ocidental costumava ser visto como o detentor da autoridade interpretativa, relegando os povos estudados a meros fornecedores de dados, enquanto a narrativa final era moldada pela perspectiva do pesquisador.

Essas críticas levaram a um questionamento da própria legitimidade do campo. Edward Said⁵⁶, em sua obra *Orientalismo*, mostrou como a antropologia e outros campos

⁵⁵ Talal Asad (Medina, 1932) é um antropólogo cultural conhecido por suas críticas à antropologia e sua relação com o colonialismo. Ele ganhou destaque com sua obra “Anthropology and the Colonial Encounter” (1973), onde explora como a disciplina foi moldada pelo contexto colonial, e a introdução desse trabalho foi traduzida na Ilha - Revista de Antropologia, UFSC.

⁵⁶ Edward Said (1935-2003) foi um intelectual palestino-americano, crítico literário e professor, conhecido principalmente por seu livro “Orientalismo” (1978). Nesse trabalho, ele analisa como o Ocidente construiu uma visão estereotipada



acadêmicos contribuíram para a construção de uma imagem distorcida e orientalista das culturas não europeias, uma imagem que serviu para justificar a dominação imperial. Said (2003) criticou o processo de “outros” e a maneira como a antropologia tradicional frequentemente construía essas culturas como essencialmente diferentes e estáticas em relação à modernidade ocidental.

Frente a essas críticas, uma série de iniciativas têm surgido para descolonizar a antropologia. Um dos principais esforços tem sido o reconhecimento da necessidade de mudar metodologias e práticas éticas no campo. Linda Tuhiwai Smith⁵⁷, autora de *Descolonizando Metodologias* (2018), argumenta que os modos de produção de conhecimento acadêmico ocidental foram, historicamente, ferramentas de opressão para os povos colonizados. Ela propõe uma abordagem metodológica decolonial que coloca as comunidades pesquisadas no centro do processo de produção de conhecimento, enfatizando o respeito por suas tradições, histórias e modos de saber. Para Smith, descolonizar a pesquisa significa criar novos modos de relação entre pesquisadores e comunidades, onde os interesses das comunidades sejam respeitados e incorporados ao projeto de pesquisa.

Outro movimento importante nesse sentido é a chamada “antropologia colaborativa”. Faye Harrison⁵⁸ (1991), no seu livro *Decolonizing Anthropology*, defendeu que a antropologia precisa ser transformada a partir de dentro, por meio de práticas colaborativas que envolvam ativamente as comunidades estudadas. Ela argumenta que os antropólogos devem assumir um papel de facilitadores do conhecimento, em vez de meros intérpretes ou porta-vozes. Nessa abordagem, as comunidades participam não apenas como sujeitos passivos, mas como coautores do processo de produção de conhecimento.

Um dos principais elementos da descolonização da antropologia é a mudança metodológica. A crítica à observação participante como uma prática de observação distante e imparcial levou ao desenvolvimento de novas abordagens colaborativas. Essas metodologias buscam não apenas descrever as culturas, mas trabalhar em conjunto com as comunidades para abordar questões que sejam de seu interesse. Isso inclui permitir que as comunidades estudadas participem ativamente da interpretação dos dados e, em muitos casos, que elas decidam como esses dados serão apresentados e usados.

Outro ponto central é a revisão dos códigos de ética na antropologia. As críticas à exploração e exótica do Oriente, legitimando o domínio colonial. Said, assim como Spivak, foi um dos pensadores dos estudos pós-coloniais e criticou a representação ocidental das culturas não-ocidentais, argumentando que elas serviam para justificar o imperialismo.

57 Linda Tuhiwai Smith é uma acadêmica e pesquisadora maori da Nova Zelândia, conhecida por seu trabalho sobre pesquisa decolonial e metodologias indígenas. Seu livro mais influente, “Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples” (1999), critica as formas tradicionais de pesquisa científica e acadêmica, argumentando que muitas dessas práticas reforçam a colonização e a marginalização dos povos indígenas.

58 Faye Harrison é uma antropóloga norte-americana conhecida por seu trabalho sobre raça, direitos humanos e desigualdade global. Ela é uma das principais vozes da antropologia crítica e decolonial, focando em questões de opressão racial, gênero e classe. Harrison é editora do influente livro “Decolonizing Anthropology” (1991).



e representação incorreta de culturas subalternas levaram à reformulação das diretrizes éticas, colocando uma ênfase maior no consentimento informado, na transparência e na reciprocidade. O papel do antropólogo como “doador de voz” tem sido problematizado, e hoje há um esforço crescente para garantir que os próprios subalternos falem por si, sem a intermediação excessiva de um pesquisador.

Apesar dos avanços na descolonização da antropologia, muitos desafios persistem. Um deles é o próprio ambiente acadêmico, que muitas vezes valoriza formas ocidentais de produção de conhecimento em detrimento de epistemologias indígenas e de outros grupos marginalizados. Michel-Rolph Trouillot (2016) alertou que o processo de “silenciamento” ainda permeia a academia, e que muitas das vozes subalternas continuam sendo marginalizadas ou interpretadas através de lentes eurocêntricas.

Outro desafio é a questão do poder na produção de conhecimento. Embora a antropologia tenha avançado no sentido de promover práticas colaborativas, as assimetrias de poder entre os antropólogos (que frequentemente vêm de contextos privilegiados) e as comunidades subalternas ainda são uma realidade. James Clifford (2002) destacou que a produção etnográfica é sempre situada, e os antropólogos precisam ser conscientes das relações de poder que permeiam o campo, reconhecendo as limitações de seu próprio ponto de vista e a necessidade de dar mais espaço às vozes subalternas.

NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA E AUTOPRESERVAÇÃO

Na contemporaneidade, a antropologia enfrenta o desafio de encontrar maneiras mais éticas e justas de representar os subalternos, ou seja, aqueles historicamente marginalizados e silenciados pelas narrativas dominantes. Para isso, um dos focos centrais tem sido a promoção de autorrepresentação, facilitada por metodologias participativas e colaborativas, que transferem para os próprios sujeitos o controle sobre a narrativa de suas experiências e histórias. Nesse contexto, as narrativas de resistência e autopreservação emergem como formas poderosas de os subalternos reivindicarem sua voz e sua história, lutando contra a marginalização e a opressão.

As metodologias participativas e colaborativas têm o potencial de inverter a tradicional relação de poder na antropologia, na qual o pesquisador detém o controle sobre a narrativa dos sujeitos estudados. Facilitando a autorrepresentação, o antropólogo passa de intérprete para facilitador, permitindo que os próprios subalternos moldem e compartilhem suas experiências de maneira autêntica. Isso é particularmente relevante no caso das narrativas de resistência, onde grupos subalternos utilizam sua voz e criatividade para combater estigmas, desigualdades e exclusão social. Paulo Freire (1987), em sua



obra *Pedagogia do Oprimido*, já discutia a importância de “dar voz aos oprimidos” como um processo de conscientização e libertação. Ao facilitarem a própria representação, os grupos subalternos têm a oportunidade de resistir às narrativas hegemônicas que perpetuam sua marginalização e de reescrever suas histórias de acordo com seus próprios valores e perspectivas.

A autopreservação também é um aspecto crucial. Grupos marginalizados frequentemente enfrentam a ameaça de perder suas tradições, línguas e práticas culturais devido à pressão da modernização, da globalização e da imposição de valores ocidentais. Ao assumirem o controle sobre a narrativa de suas vidas, esses grupos podem documentar e preservar suas histórias, tradições e modos de vida para as gerações futuras. Uma das formas mais eficazes de promover a autorrepresentação é através de narrativas visuais, como a fotografia participativa e o uso de mídias digitais. Essas abordagens permitem que os subalternos se expressem de maneiras que transcendem as limitações das narrativas escritas, muitas vezes controladas por quem detém a educação formal e o domínio da linguagem.

A fotografia participativa é uma metodologia em que os próprios participantes, munidos de câmeras, documentam suas realidades cotidianas. Essa técnica foi utilizada em projetos como o *PhotoVoice*⁵⁹, que visa capacitar comunidades marginalizadas a contar suas histórias visuais. Em vez de serem objeto da lente do antropólogo, os próprios sujeitos constroem e moldam suas narrativas visuais, revelando suas perspectivas íntimas e oferecendo um novo olhar sobre suas realidades. A fotografia participativa, assim, desafia a dinâmica tradicional de poder, permitindo que os subalternos se tornem os autores de suas próprias imagens. As mídias digitais, incluindo o vídeo, as redes sociais e plataformas colaborativas, também desempenham um papel central na autorrepresentação. O acesso cada vez mais amplo à tecnologia permitiu que vozes antes silenciadas ganhassem visibilidade global. Plataformas como o YouTube, Instagram e outras redes sociais oferecem a grupos subalternos um espaço para compartilhar suas experiências diretamente com o público, sem a mediação de um pesquisador ou de uma instituição. Em estudos etnográficos contemporâneos, o uso de mídias digitais tem permitido que os subalternos não apenas contem suas histórias, mas também desafiem e desconstruam as narrativas hegemônicas.

Há vários exemplos de estudos etnográficos que utilizaram essas metodologias participativas para dar visibilidade às vozes subalternas. Um exemplo é o uso de vídeo participativo em comunidades indígenas da Amazônia. Em projetos como o *Vídeo nas Aldeias*⁶⁰ (SALLES), os próprios indígenas documentam suas práticas culturais, festivais e lutas políticas. Isso não apenas fornece visibilidade para essas culturas, mas também fortalece os próprios

59 Fotografia, Vozes, Saberes e Utopias: A Metodologia Photovoice. IN: <https://tecnologiasocial.uff.br/?p=7165>. Visitado: 24/08/2024.

60 Site oficial: <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>



grupos ao permitir que eles controlem suas representações e combatam a erosão de suas tradições.

Apesar de seus muitos benefícios, as abordagens participativas e colaborativas não estão isentas de desafios e limitações. Um dos maiores desafios é a questão do poder e da mediação. Mesmo em projetos participativos, o antropólogo muitas vezes desempenha um papel de facilitador que ainda detém uma certa forma de controle – seja sobre os recursos, a tecnologia ou a disseminação das narrativas. Isso levanta questões éticas sobre até que ponto a auto representação pode ser realmente alcançada sem a interferência externa.

Além disso, há desafios em torno da eticidade da representação. Quando os subalternos utilizam ferramentas visuais ou digitais para se auto representar, há o risco de sua narrativa ser consumida de forma superficial ou fetichizada por audiências externas. Essa é uma crítica comum ao uso de redes sociais, onde as narrativas visuais muitas vezes são descontextualizadas e consumidas sem um entendimento profundo das realidades locais. Gayatri Spivak (2010) alerta sobre o perigo de reproduzir formas de violência simbólica, mesmo ao tentar dar voz aos subalternos, especialmente quando as vozes são distorcidas ou instrumentalizadas para atender às expectativas do público dominante.

Outro desafio importante é o acesso desigual à tecnologia. Embora as mídias digitais tenham democratizado a produção de conteúdo, muitas comunidades subalternas ainda enfrentam dificuldades em acessar as ferramentas necessárias para a autorrepresentação. Isso cria novas formas de exclusão digital, o que pode perpetuar desigualdades mesmo dentro de metodologias participativas.

O FUTURO DA ANTROPOLOGIA NA AMPLIAÇÃO DE VOZES SUBALTERNAS

A antropologia do futuro precisa enfrentar de forma crítica seus próprios limites e desafios, enquanto se abre para novas formas de prática colaborativa e comunitária que possam, de fato, amplificar as vozes subalternas. A antropologia, em sua essência, trata da diversidade cultural e da compreensão das múltiplas maneiras de viver e interpretar o mundo. Contudo, seu legado de convivência com o colonialismo e sua estrutura hierárquica de produção de conhecimento colocam em questão a legitimidade dessa prática, especialmente em relação à representatividade dos grupos marginalizados. Para que a disciplina continue relevante e ética, é necessário um reposicionamento profundo, focado em práticas que desafiam as estruturas de poder vigentes e promovam a justiça social.

Um dos principais caminhos para o futuro da antropologia está na adoção de práticas



mais colaborativas e participativas. A antropologia tradicional muitas vezes posicionou o pesquisador como uma figura autoritária, que detém o poder de interpretar e representar as culturas estudadas. Esse modelo, discutido por autores como James Clifford, George Marcus e Michel-Rolph Trouillot, está profundamente ligado a uma visão eurocêntrica e colonial da produção de conhecimento. O desafio da antropologia contemporânea é, portanto, deslocar o centro de poder do pesquisador para as comunidades estudadas, reconhecendo-as como coautoras e participantes ativas no processo de pesquisa.

As metodologias colaborativas permitem que os subalternos participem ativamente da construção de suas próprias narrativas, quebrando o ciclo de dominação e controle que caracterizou a antropologia no passado. Além disso, o envolvimento da comunidade no processo de pesquisa também ajuda a mitigar os riscos de apropriação cultural e de distorções na representação das suas experiências. Esse tipo de colaboração abre espaço para uma antropologia mais ética e reflexiva, em que os subalternos têm a oportunidade de se representar em seus próprios termos. Estudos recentes, como os conduzidos por Linda Tuhiwai Smith, que abordam metodologias descoloniais, mostram como o envolvimento direto das comunidades pode levar a processos de empoderamento. As comunidades não apenas contribuem com dados, mas também participam das discussões metodológicas, interpretativas e analíticas, de modo que o conhecimento produzido seja mutuamente enriquecedor e realmente relevante para os envolvidos.

As metodologias participativas, como a pesquisa-ação participativa (PAR), oferecem um modelo viável para o futuro da antropologia, pois colocam as comunidades no centro da produção de conhecimento. Nesse modelo, os antropólogos atuam mais como facilitadores do processo de construção de narrativas do que como intérpretes das mesmas. A ênfase está em uma relação horizontal, onde as decisões sobre o que será estudado, como será coletado e como será analisado são compartilhadas entre pesquisadores e participantes. Isso cria um ambiente mais justo e equitativo, no qual os subalternos têm maior controle sobre a sua representação. Exemplos de pesquisas etnográficas colaborativas incluem projetos de antropologia visual, como o uso de fotografia participativa ou mídia digital, onde os próprios participantes capturam e compartilham suas experiências através de imagens, vídeos e narrativas visuais. Esse tipo de prática permite uma auto representação mais direta, na qual os subalternos têm a oportunidade de expressar suas histórias de maneira que ressoe mais fielmente com suas realidades vividas. Essas metodologias também desafiam o monopólio do antropólogo sobre a produção de conhecimento, promovendo uma polifonia de vozes que resiste à hegemonia de uma única perspectiva autoral.

No entanto, essas abordagens não estão isentas de desafios. Uma das questões centrais é o equilíbrio de poder entre o antropólogo e os participantes, especialmente no que



diz respeito à autonomia dos grupos subalternos em moldar as narrativas produzidas e como essas narrativas são apresentadas a audiências externas. Além disso, há o desafio da acessibilidade, tanto em termos de tecnologia quanto de treinamento, para garantir que essas metodologias possam ser utilizadas de forma eficaz por comunidades marginalizadas.

CONCLUSÃO

A antropologia tem desempenhado um papel crucial na amplificação das vozes subalternas, embora, historicamente, tenha sido marcada por dinâmicas coloniais e assimétricas de poder. Ao longo deste artigo, foi explorado como a etnografia pode empoderar os subalternos, destacando exemplos de estudos que desafiaram narrativas dominantes, mas também apontando os desafios éticos e de representação. Foi discutida a necessidade de descolonizar a disciplina e promover práticas colaborativas, onde as comunidades estudadas participem ativamente na construção do conhecimento. No futuro, a antropologia precisa evoluir para práticas mais éticas e comunitárias, desafiando estruturas de poder e buscando maior justiça social. Assim, a disciplina pode continuar relevante, não apenas como ferramenta de estudo, mas como agente de transformação social.

REFERÊNCIAS

- ASAD, Talal; REINHARDT, Bruno. Introdução a “Anthropology and the Colonial Encounter”, Talal Asad. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 19, n. 2, 2018. p. 313-327
- CLIFFORD, James. **A experiência de etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- ERICKSON, Paul A; MURPHY, Liam D. **História da Teoria Antropológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- FARMER, Paul. **Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor**. California: University of California Press, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- HARRISON, Faye. **Decolonizing Anthropology: Moving Further toward an Anthropology for Liberation**. Amer Anthropological Assn, 1991.



SAID, Edward W. **Orientalismo; O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Editora Schwarcz, Companhia de Bolso, 2003.

SALLES, Instituto Moreira. **Vídeo na Aldeia (MT)**. IN: <https://ims.com.br/convida/video-nas-aldeias/>. Visitado: 25/08/2024.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil**. Berkley: University of California Press, 1992.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Global Transformations: Anthropology and the Modern World**. New York: Palgrave Macmillant, 2003

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: huya, 2016.